

Matriz de Detalhamento de Programas e Sub-Programas

Programas e Subprogramas	Inter-relações e Dependências	Natureza dos Produtos	Produtos Parciais ou Intermediários	Interlocução necessária	Modelo de Implementação	Variável fora da Governabilidade do SINGREH	Produto Final	Conteúdo Relevante para o CNRH	Temas em Debates nas Câmaras Técnicas
I.1 Estudos Estratégicos sobre Contexto Macroeconômico Global e Inserção Geopolítica da GIRH no Contexto Latino-americano e Caribenho	<ul style="list-style-type: none"> - Subsídios Cenários do I.2; - Instrui a revisão ou conteúdos de novos Acordos do I.3; - Confere dados ao III.8; - Indica critérios para priorizar os programas regionais VIII a XII. 	Estudos macro-econômicos e de Economia Internacional especializados	Termos de Referência para contratação de consultores especialistas e para atualizações periódicas, sempre que alterações de variáveis do contexto global indicarem necessidade.	Órgãos Federais Responsáveis pelo Planejamento Estratégico de Longo Prazo, MRE e IPEA.	Implementação dos estudos centralizada na União.	Contexto macro-econômico global; Acordos econômicos que impactem recursos hídricos, motivados por variáveis externas ao SINGREH (p.ex., desenv. econômico do país).	Documentos Técnicos, no formato de estudos, notas ou pareceres.	Informes resumidos ao CNRH, com destaque para resultados dos estudos.	
I.2. Estudos Estratégicos sobre Cenários Nacionais de Desenvolvimento e Impactos Regionais que afetam a Gestão de Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> - Recebe insumos do I.1; - Instrui a revisão ou conteúdos de novos Acordos do I.3; - Oferece insumos ao sub-programa I.4; - Confere dados ao III.8; - Indica critérios para priorizar sub-programas dos programas III, IV e VI; - Indica critérios para priorizar os programas regionais VIII a XII. 	Estudos especializados de desenv. regional.	Termos de Referência para contratação de consultores especialistas e para atualizações periódicas, sempre que alterações em variáveis-chave ou atores estratégicos indicarem necessidade. A versão inicial deve buscar convergência com MIN e MC	Órgãos Federais Responsáveis pelo Planejamento Estratégico de Longo Prazo e IPEA. e SPI/MPOG.	Implementação dos estudos centralizada na União.	Contexto macro-econômico global; Acordos econômicos que impactem recursos hídricos, motivados por variáveis externas ao SINGREH (p.ex., desenv. econômico do país).	Documentos Técnicos Conjuntos, no formato de estudos ou Notas Técnicas	Informes resumidos ao CNRH, com destaque para resultados dos estudos.	
I.3. Implementação Prática de Compromissos Internacionais em Corpos de Água Transfronteiriços e Desenvolvimento de Instrumentos de Gestão e de Apoio à	<ul style="list-style-type: none"> - Recebe insumos dos sub-programas I.1 e I.2; - Oferece insumos ao sub-programa I.4; - Confere dados ao III.8; - Indica critérios para priorizar sub-programas do programa III e dos programas 	Estudos Jurídicos e Institucionais conduzidos pelo MRE.	TDR para orientação dos estudos e para a contratação, caso necessária, de especialistas em direito internacional. A versão Inicial	MRE, MIN e MC	Implementação centralizada na União, com possível instalação de unidades regionais para acordos que demandem	Políticas de relações externas do país podem se sobrepor a aspectos e interesses específicos da área de recursos hídricos. Estas	Minutas de acordos e/ou de seus respectivos aditamentos, com base nos documentos e estudos técnicos e	Informes resumidos ao CNRH. Propostas de minutas de resoluções do CNRH, convergentes com os acordos	CTGRHT – debates sobre diretrizes para gestão dos recursos hídricos transfronteiriços

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Programas e Subprogramas	Inter-relações e Dependências	Natureza dos Produtos	Produtos Parciais ou Intermediários	Interlocução necessária	Modelo de Implementação	Variável fora da Governabilidade do SINGREH	Produto Final	Conteúdo Relevante para o CNRH	Temas em Debates nas Câmaras Técnicas
Decisão, compartilhados com países vizinhos	regionais VIII a XII .		dos estudos deve buscar convergência entre MRE, MMA, ANA, MIN e MC.		abordagens específicas.	definições estarão a cargo do MRE.	jurídicos de especialistas.	ou auditamentos recomendados pelos estudos.	
I.4. Estudos para a Definição de Unidades Territoriais para a instalação de Modelos Institucionais e Respectivos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos	- O traçado de unidades territoriais de gestão recebe insumos dos sub-programas I.2 e I.3 . - Deve haver interação com prioridades relativas à organização do SINGREH e ao apoio a SEGREHs, ou seja, sub-programas II.1 e II.2 . - Definição de prioridades para os instrumentos de gestão (programa III) também será subsidiada por este sub-programa.	Estudos e Relatórios técnicos, a exemplo de proposta produzida pela ANA	Proposta inicial de unidades de gestão dos recursos hídricos, mutuamente convergidas com a divisão adotada pelos estados.	Em especial, os SEGRHs e Governos Estaduais.	Implementação coordenada pela União, com a obrigatória consulta e negociação com os estados.	É preciso investigar definições já consolidadas em estados federados.	Documentos técnicos que subsidiem o Mapa de Gestão e Convênios de Cooperação com estados.	Informe sobre acordos e convergências com os diversos estados federados. Minutas de resoluções do CNRH, pertinentes ao tema.	CTIL – Análise de moção do CEIVAP que solicita nova delimitação de sua área de atuação
II.1. Organização e Apoio ao SINGREH	Recebe Insumos, em especial dos sub-programas I.4 , II.3 , II.4 , do programa III , do sub-programa IV.3 e dos programas V e XIII	Os principais produtos são: relatórios de avaliação institucional e documentos com propostas de aprimoramento do SINGREH. Há produtos que são relacionados com o Programa XIII, do Sistema de Monitoramento e Avaliação do	Indicadores e resultados de Monitoramento do SINGREH. Propostas de ajustes e aprimoramentos do Sistema	Todos os atores do SINGREH e SEGREHs. Instâncias de outras políticas públicas que interagem com a gestão dos recursos hídricos.	Implementação coordenada pela União, através das instâncias decisórias do próprio SINGREH.	Dispositivos Constitucionais e limites próprios ao Aparelho de Estado no Brasil.	Conjuntos de indicadores e relatórios de avaliação institucional do SINGREH, com propostas de aprimoramento convergidas entre os diversos atores e interesses relacionados ao Sistema.	Informes periódicos e, quando necessário, redação na forma de possíveis Resoluções do CNRH e respectivas justificativas que auxiliem na implementação de ações do PNRH	CTIL - GT dedicado à auxiliar a SRHU/MMA na consolidação do SIAPREH;

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

		PNRH.							
II.2. Apoio à Organização de SEGREHs	As ações devem ter referência nos recortes territoriais definidos pelo sub-programa I.4 . Prioridades devem convergir com o sub-programa II.1 , buscar consonância entre bases legais (sub-programa II.3) e complementação entre fontes de sustentação financeira (sub-programa II.4). Os aspectos operacionais, devem articular-se com ações do programa III . Por fim, deve-se ter pautas conjuntas para os programas IV , V e XIII .	Os principais produtos são: relatórios de avaliação institucional e documentos com propostas de aprimoramento dos SEGREHs. Há produtos que são relacionados com o Programa XIII.	Indicadores e resultados de Monitoramento dos SEGREHs. Propostas de ajustes e aprimoramentos dos Sistemas Estaduais.	Todos os atores que atuam nos SEGREHs. Instâncias de outras políticas públicas que interagem com a gestão dos recursos hídricos estaduais.	Implementação coordenada pela União (ANA e SRHU). Onde necessário, instalação de grupos de execução em unidades federativas.	Dispositivos Constitucionais e limites próprios ao Aparelho de Estado no Brasil. Restrições financeiras e limites institucionais da União.	Propostas de aprimoramentos convergidas entre os diversos atores e interesses relacionados aos Sistemas Estaduais.	Informes ao CNRH sobre acordos e convênios de cooperação com os estados.	CTIL – Moção que reitera a Moção CNRH 16 (estruturação da gestão de RH nos estados) e recomenda a observância à diretrizes do PNRH.
II.3. Adequação, Complementação e Convergência do Marco Legal e Institucional	As ações devem atender com prioridade as demandas dos demais sub-programas do PNRH quanto aos aspectos normativos, além de dar continuidade a ações em curso no CNRH, quanto à regulamentação da Lei nº 9.433/97. Mais especificamente, o sub-programa também recebe insumos dos seguintes sub-programas: I.4 , II.1 , II.2 e III . O cadastro legal deverá estar integrado ao subprograma III.8 .	Relatórios de Estudos Jurídicos e Institucionais	Termos de Referência para a contratação de especialistas. Propostas de ajustes e aprimoramentos.	Congresso Nacional, mediante a Casa Civil da Presidência da República. Conselhos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos. Governos e Legislativos Estaduais.	A implementação será coordenada pela União (ANA e SRHU). Na fase de adequações de legislações estaduais, a União (ANA e SRHU) deve articular-se com os Estados.	Aspectos da Constituição e limites advindos da legislação vigente que extrapola a competência inerente ao campo dos recursos hídricos.	Propostas de ajustes e aprimoramento de normas e da legislação, convergidas entre as esferas federal e dos estados.	Redação na forma de Resoluções, minutas de Projeto de Lei e similares.	CTIL – Debates sobre representatividade (revisão da Res. CNRH 14); Interpretação dos Artigos 12 e 52 da 9.433/97; CTCOB – descontingenciamento dos recursos provenientes do setor elétrico (fonte 134); CTAP – Proposta de Resolução para a regulamentação do Art 35 inciso III da Lei 9.433/97;
II.4. Sustentabilidade	Os estudos recebem	Estudos	Relatórios com	Ministérios	Implementação	Variáveis	Conjunto de	Informes ao	CTCOB –

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Econômico-Financeira da Gestão de Recursos Hídricos	<p>insumos dos sub-programas II.1 e II.2. Demandas por inversões serão informadas pelos programas III, V, VI e VII.</p> <p>O cadastro das fontes mencionadas deve ser integrado ao sub-programa III.8.</p> <p>Por fim, o sub-programa demandará capacitação técnica e institucional para viabilizar acesso a fontes de recursos disponíveis, de forma integrada com o sub-programa IV.2.</p>	econômicos e projeções financeiras efetuadas por especialistas.	<p>projeções de demandas por inversão, estimativas de arrecadação via cobrança pelo uso da água, de aportes de outras fontes. Propostas de critérios e de mecanismos de indução a inversões em recursos hídricos.</p>	<p>Setoriais (MME, MCidades, MCT) e Segmentos de usuários pagadores.</p> <p>Comitês e agências de bacia em atuação quanto à cobrança pelo uso da água.</p>	centralizada na União, que deve prever consultas obrigatórias aos comitês, federais ou estaduais, onde a cobrança foi adotada, bem como os órgãos estaduais responsáveis pela cobrança pelo uso da água.	econômicas que devem ser pesquisadas em setores de usuários, públicos ou privados, além de limites de orçamentos e de arrecadação via Cobrança.	critérios convergidos; estimativa da demanda por inversões em recursos hídricos, e a Matriz de Financiamento potencial do SINGREH.	CNRH sobre a convergência de critérios, estimativas realizadas e sobre a Matriz de Financiamento potencial do SINGREH.	<p>Acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança: elaboração de relatório sobre a aplicação dos recursos da cobrança e eventuais não conformidades verificadas</p> <p>Segurança jurídica da cobrança (marco regulatório – fonte 116);</p> <p>Acompanhamento dos estudos de viabilidade e alternativas de financiamento para a implementação da política de recursos hídricos com suas interfaces com a cobrança.</p>
III. 1. Cadastro Nacional de Usos e Usuários de Recursos Hídricos	<p>Recebe e confere insumos aos sub-programas II.1, II.2 e II.4.</p> <p>Especial interação deve ser conferida aos sub-programas III.4, III.5 e III.8.</p> <p>Forte articulação em ações de comunicação social (sub-programa IV.3).</p> <p>Articulações também devem ser visadas com os programas V e VI.</p>	Trabalhos técnicos e de informática para interação entre sistemas e cadastros existentes. Pesquisas de campo e ações de comunicação social.	Estruturas de Sistemas de Informação, cadastros em consolidação e propostas de programas de comunicação social.	ANA, órgãos estaduais gestores, entidades e órgãos de setores usuários das águas.	Implementação coordenada pela União (ANA), com a instalação de grupos de acompanhamento nos órgãos estaduais onde a regularização de uso e o cadastramento estiverem sob execução.	Será necessário verificar eventuais deficiências estruturais em órgãos gestores, que afetam o cadastramento de usos e usuários da água, vide avaliações como do Pro-água Nacional.	Sistemas de Informação, CNARH com cadastro consolidado e programas de comunicação social.	Informes e disponibilização de dados ao CNRH. Minutas de resoluções que se mostrem necessárias para auxiliar metodologias e ações do sub-programa.	

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

III.2. Rede Hidrológica Quali-Quantitativa Nacional	<p>As principais vinculações deste sub-programa são com o III.3, III.4, III.5 e III.8. Há subsídios recebidos dos sub-programas I.4 e IV.1.</p> <p>O sub-programa demandará ações de capacitação e treinamento sobre o sub-programa IV.2. Áreas prioritárias serão informadas pelos sub-programas VI.1 e VI.3.</p>	<p>Rede hidrometeorológica instalada e em operação por técnicos capacitados, com interação na sistematização de dados e difusão de informação, como subsídios à gestão de recursos hídricos.</p>	<p>Estudos e relatórios técnicos sobre a Rede.</p> <p>Propostas de aquisição de estações e de equipamentos. Propostas de programas e ações de capacitação e treinamento de técnicos responsáveis pela operação da Rede.</p>	<p>ANA e órgãos estaduais gestores de recursos hídricos. Órgãos e entidades relacionadas à previsão meteorológica. Entidades setoriais, públicas ou privadas, que colem informações hidrológicas e sobre disponibilidades hídricas (irrigantes, operadores de saneamento, usinas hidroelétricas, indústrias, etc).</p>	<p>Implementação coordenada pela União, com a operação da rede descentralizada aos órgãos estaduais.</p>	<p>Ações e políticas setoriais ou de segmento produtivos privados que não se articulem com o SINGREH.</p>	<p>Estudos e relatórios técnicos convergidos sobre a Rede. Aquisição de estações e de equipamentos. Programas e ações de capacitação e treinamento de técnicos responsáveis pela operação da Rede.</p>	<p>Informes ao CNRH e disponibilização de dados e informações.</p>	
III.3. Processamento, Armazenamento, Interpretação e Difusão de Informação Hidrológica	<p>Por óbvio, há estreita relação com o sub-programa III.2, assim como, com o III.8. e a sistemática de outorga (III.4).</p> <p>Para fins de difusão, o sub-programa IV.3 deve ser acionado.</p> <p>Por fim, áreas críticas serão informadas pelos sub-programas VI.1 e VI.3 e unidades de gestão pelo I.4.</p>	<p>Relatórios e documentos técnicos especializados ou voltados à difusão social de dados e informações sobre recursos hídricos.</p>	<p>Consolidação de bancos de dados, <i>sites</i> de armazenamento e acesso e relatórios com interpretações a respeito, para interação entre órgãos gestores de recursos hídricos e outras entidades afins.</p>	<p>Todas as fontes (órgãos e entidades) que alimentaram os dados e informações que foram coletadas, sistematizadas e interpretadas para fins de convergência e posterior difusão.</p>	<p>Implementação coordenada pela União, que deve interagir com os órgãos gestores estaduais, para consolidar resultados em cada estado e na escala nacional.</p>	<p>Limitações de ordem orçamentária (contingenciamentos) que debilitam a Rede, a coleta de dados e afetam sua frequência, consistência e possibilidade de interpretação como subsídio à gestão de recursos hídricos.</p>	<p>Bancos de dados operantes, <i>sites</i> de armazenamento e acesso e relatórios com interpretações a respeito, convergidos entre órgãos gestores de recursos hídricos e outras entidades afins.</p>	<p>Informes ao CNRH, relatos sobre programas de difusão e dados disponibilizados.</p>	
III.4. Metodologias e Sistemas de Outorga de Direitos de Uso de Recursos	<p>Prioridades devem ser definidas com base em dados advindos dos sub-programas I.4 e II.2.</p>	<p>Relatórios técnicos que definindo metodologias</p>	<p>Documento preliminar com a definição de unidades</p>	<p>A interlocução principal será entre ANA e órgãos gestores</p>	<p>Para implementação, a sistemática de outorga será</p>	<p>À exceção de deficiências nas bases de informações, a</p>	<p>Convênios de Cooperação entre ANA e estados –</p>	<p>Informes técnicos e justificativas que respaldem</p>	<p>GERCO – Estudos para proposição de outorga em região</p>

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Hídricos	Insumos e subsídios técnicos são conferidos pelos sub-programas III.1, III.2, III.3, III.8 e III.9. O sub-programa também deve interagir com IV.1, IV.3, VI.1 e VI.3.	e sistemáticas para a concessão de outorgas. Convênios com os estados para convergência de metodologias e critérios.	territoriais de gestão, metodologia e critérios para a concessão de outorgas, a serem convergidos com os órgãos gestores estaduais.	estaduais. Conselhos Estaduais e comitês de bacia também devem ser consultados.	definida em cada bacia e consolidada em cada estado. Em bacias de domínio federal, caberá à União convergir critérios com os estados envolvidos, com vistas à uma sistemática comum.	concessão de outorgas deve estar sob amplo controle do SINGREH.	órgãos gestores, consolidando a convergência de critérios, bases territoriais e metodologias	Minutas de Resoluções do CNRH, a respeito do instrumento da Outorga.	costeira
III.5. Subprograma Nacional de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos	O sub-programa recebe insumos do III.1, III.3, III.4 e III.8. Por seu turno, demanda ações de capacitação técnica e de apoio logístico, sobre os sub-programas IV.2 e IV.3. Prioridades são informadas pelos sub-programas I.4, II.2, VI.1 e VI.3.	Estudos de avaliação técnica e institucional. Convênios com os estados.	Relatórios com resultados de avaliações técnicas e institucionais de órgãos estaduais gestores, que subsidiem propostas de Convênios de Cooperação que prevejam aquisições de equipamentos, contratação de pessoal e outras demandas logísticas para fiscalização do uso da água.	Interlocução principal com órgãos estaduais gestores de recursos hídricos. Interlocução também com órgãos de meio ambiente e entidades de setores usuários das águas.	Implementação preferencialmente descentralizada à responsabilidade dos estados, com aportes da União dependentes das capacidades institucionais instaladas.	Prioridades conferidas pelos estados à gestão de recursos hídricos, sem potencial fortalecimento de seus órgãos gestores. Limitações orçamentárias e institucionais da União (em especial, da ANA), com rebatimento sobre o apoio potencial aos estados.	Convênios de Cooperação, respaldados em avaliações sobre o fortalecimento técnico e institucional de órgãos estaduais gestores de recursos hídricos, mediante aquisições de equipamentos, contratação de pessoal e outras demandas logísticas para fiscalização do uso da água.	Informes ao CNRH e minutas de resoluções que respaldem as ações de descentralização, com vistas à maior capilaridade da fiscalização do uso de recursos hídricos.	
III.6. Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos Hídricos em Classes de Uso	Prioridades e limites territoriais serão informados pelos sub-programas II.2 e I.4. Insumos serão colhidos junto aos sub-programas I.2, III.3 e III.8. além dos programas V e VI.	Estudos técnicos e Documentos técnicos de planos estaduais e de bacias.	Versões preliminares, para debate e consultas a comitês de bacia e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.	Respectivos comitês de bacia e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Interlocuções específicas com atores estratégicos que devem ser	Implementação pela ANA, Agências de Bacia ou órgãos gestores estaduais, em função da natureza do produto (estudo técnico, plano estadual ou plano	Limitações orçamentárias e operacionais da União (SRHU e ANA), para conferir o apoio a planos de bacia e aos estados. Respostas insuficientes em determinadas	Planos de bacia e Planos Estaduais de Recursos Hídricos aprovados pelos respectivos comitês e Conselhos,	Informes e disponibilização de dados e informações ao CNRH, a respeito dos planos elaborados.	CTAP – Estudo sobre vazão de referência e alaboração de proposta de resolução sobre o tema GERCO – Aspectos que devem ser considerados nos

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

				identificados, em bacias e nos estados.	de Bacia) e da dominabilidade dos corpos d'água (estadual ou da União).	regiões, bacias ou estados.	em plenas condições de implementação.		planos de recursos hídricos de regiões com trechos da zona costeira
III.7. Aplicação de Instrumentos Econômicos à Gestão de Recursos Hídricos	A maior interação se dará com o sub-programa II.4. Bacias e regiões prioritárias serão informadas pelos sub-programas I.4, II.1, II.2, V.1, V.2, VI.1, VI.2 e VI.3. Insumos serão fornecidos pelos sub-programas III.1, III.4, III.5 e III.8.	Estudos econômicos e institucionais e especialistas.	Estimativas e avaliações sobre valores, impactos econômicos e mecanismos de cobrança pelo uso da água. Estudos sobre outros instrumentos econômicos de gestão.	Conselhos de Recursos Hídricos, comitês de bacia e principais segmentos de usuários potenciais pagadores pelo uso da água.	Implementação de estudos centralizada na União (ANA), com consultas a comitês que possam instruir estudos de casos.	Limitações de ordem jurídica, vigentes no aparato de Estado do Brasil, que impeçam a adoção e/ou a implementação de determinados instrumentos econômicos de gestão, ou dificultem sua adequada aplicação conceitual. Resistências advindas de preconceitos de ordem político-ideológica.	Documentos técnicos consolidando propostas e estratégias de implementação da cobrança e demais instrumentos econômicos de gestão. Resoluções, decretos e/ou minutas de projetos de lei necessários à implementação dos instrumentos.	Informes sobre os estudos para apreciação do CNRH. Minutas de Resoluções que respaldem a adoção dos instrumentos econômicos de gestão, para aprovação pelo CNRH.	
III.8. Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos	Prioridades e bases territoriais serão informadas pelos sub-programas I.4, II.1 e II.2. Interações com bacias trans-fronteiriças terão indicações em II.3. Insumos serão conferidos pelos sub-programas III.1 a III.7. Interação particular se dará com o III.9. Informações setoriais específicas serão coletadas junto aos	Aquisições de equipamentos e softwares. Contratação de estudos e trabalhos técnicos de especialistas em recursos hídricos e em informática.	Termos de Referência e editais para as contratações requeridas. Documentos técnicos com propostas de estruturas para o Sistema, recomendações de e metodologias e avaliações de dados e	Órgãos estaduais de recursos hídricos e seus respectivos sistemas de informação. Entidades de meio ambiente e de setores usuários das águas, públicas ou privadas. Entidades de ensino e de	Implementação coordenada pela União (ANA), com a instalação de grupos de acompanhamento nos órgãos gestores onde sistemas estaduais de informação estejam em consolidação	Restrições orçamentárias e operacionais da União (SRHU e ANA), que dificultem a construção conjunta do Sistema e limitem a interação com estados e DF. Respostas insuficientes e baixa prioridade conferida ao tema	Sistema Nacional instalado e operante, com base de informações consistida e acessível. Sistemas similares instalados e operantes na esfera dos estados. Ações de	Informes e avaliações regulares ao CNRH e disponibilidade de dados e informações que comporão o Sistema. Minutas de resoluções que disciplinem a integração e entre os Sistemas	

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

	programas V e VI . Por fim, ações de capacitação, tecnologias e comunicação social estarão relacionadas ao programa IV .		informações existentes.	pesquisa, com dados relevantes para a gestão de recursos hídricos.		dos recursos hídricos pelos estados e respectivos órgãos gestores.	capacitação e de comunicação social empreendidas.	Nacional, estaduais e regionais.	
III.9. Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas de Suporte à Decisão	Este sub-programa deve ser entendido como complemento articulado e dependente do III.8 – Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos. Prioridades podem ser conferidas pelos sub-programas I.4 , II.2 , VI.1 e VI.3 . Demandas para capacitação serão requeridas ao sub-programa IV.2 .	Estudos de especia-listas em modelos de simulação hidrológica e de qualidade da água.	Termos de Referência para a contratação de estudos e documentos técnicos. Editais de aquisição de softwares e equipamen-tos.	Entidades de ensino e de pesquisa, consultores especialistas e órgãos gestores de recursos hídricos.	Implementação descentralizada, na modalidade de linhas de crédito, para acesso à bacias (órgãos gestores e agências) onde o estágio de avanço requeira a sofisticação de sistemas de apoio à decisão	Insuficiência da base de dados e informações requeridas para alimentar sistemas de apoio à decisão. Baixo grau de prioridade conferido a problemas de recursos hídricos. Limitações orçamen-tárias e institucionais.	Módulo específico de sistemas de apoio à decisão, implantados e operantes junto aos sistemas de informações de recursos hídricos, na esfera federal e dos estados.	Informes e demonstrativos para o CNRH. Quando necessário, debates sobre critérios para mútua convergência decisória entre a União e os estados, relativas à gestão de recursos hídricos.	
IV.1. Desenvolvimento e Consolidação de Conhecimento e de Avanços Tecnológicos em Gestão de Recursos Hídricos	Prioridades serão informadas pelos sub-programas II.1 e II.2 . Campos de investigação podem ser informados pelos sub-programas II.3 e II.4 . Estudos específicos aos instrumentos de gestão serão demandados pelos sub-programas III.1 a III.9 . Pesquisas serão demandadas pelos programas VI e VII .	Estudos e pesquisas de especia-listas.	Termos de Referência e projetos de pesquisa e investigação, que orientem a contratação de especialistas e pautas de trabalho de fundos de fomento e pesquisa.	CNRH, ANA e SRHU. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Ministério de Ciência e Tecnologia; Ministérios de setores usuários das águas.	Implementação coordenada pela União, na modalidade de linhas de crédito para financiamento de estudos e pesquisas, com recursos onerosos e/ou a fundo perdido, em articulação com o CT-Hidro.	Limitações de orçamentos e/ou contingenciamento de recursos do CT-HIDRO.	Resultados de estudos e pesquisas, com sua adoção por órgãos e entidades que integram o SINGREH, notadamente gestores de recursos hídricos e usuários das águas.	Informes ao CNRH, moções e demandas do Conselho face a fundos de fomento e pesquisa.	
IV.2. Capacitação e Educação Ambiental com Foco em Recursos Hídricos	Prioridades regionais serão informadas pelo sub-programa I.4 . Demandas de capacitação mais específicas virão dos programas III , V , VI e VII . O sub-programa deve manter forte interação com os sub-programas	Programas e ações de capacitação, treinamento e educação ambiental em recursos hídricos.	Escopo de ações e programas de capacitação, treinamento e educação ambiental, adaptados a diferentes públicos-alvo, regiões e temas	SRHU e ANA, CNRH e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Ministério da Educação e Cultura. Órgãos estaduais	Implementação descentralizada em favor de projetos selecionados segundo critérios de elegibilidade e de priorização.	Nível de prioridade conferido à gestão de recursos hídricos por estados, setores usuários e por outros atores relevantes para o SINGREH. Limitações	Programas e ações de capacitação, treinamento e educação ambiental em recursos hídricos, dirigidos segundo diferentes	Informes ao CNRH e debates sobre prioridades regionais e temáticas. Minutas de resoluções e moções que auxiliem na implemen-tação	CTEM – Resolução que estabelece princípios e diretrizes para a educação, capacitação, mobilização social e informação para a GIRH

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

	IV.1 e IV.3.		da GIRH. Termos de Referência, convênios e contratos destinados à implementação dos programas e ações.	gestores de recursos hídricos. Órgãos e entidades representativas de setores usuários das águas. Outras instâncias que interagem com o SINGREH, como Ministério Público, veículos de comunicação e similares.		institucionais e de orçamento às respostas para demandas por ações e programas de capacitação, treinamento e educação ambiental em recursos hídricos.	regiões, públicos-alvo e temáticas específicas relacionadas à GIRH e ao SINGREH.	do sub-programa.	
IV. 3. Comunicação Social em Recursos Hídricos	Em princípio, as ações de comunicação social em recursos hídricos devem buscar informações em todos os programas e sub-programas que tenham fatos relevantes a serem divulgados. Entende-se que este sub-programa deve ser considerado como elemento de apoio às diferentes estratégias de implementação dos programas e sub-programas. Destaques devem ser dados aos sub-programas III.1, III.3, III.8 e IV.2.	Documentos com a definição de estratégias junto à mídia e com formas específicas de comunicação próprias aos diversos atores do SINGREH e à sociedade, em geral.	Cadastros de interlocutores estratégicos, internos e externos ao SINGREH. Editais e Termos de Referência para a contratação de produtos de comunicação, como informes, vídeos, rede de notícias e outros.	Essencialmente, os órgãos gestores de recursos hídricos, SRHU, ANA e entidades estaduais correlatas. Igualmente, conselhos estaduais e comitês de bacia. Veículos da mídia nacional e comunicação via Internet.	Duas vertentes de implementação: a primeira centralizada na União, com foco no SINGREH; a segunda na forma de repasse de recursos aos estados, para foco nos SEGREHs, segundo critérios de elegibilidade e priorização de projetos.	Limitações orçamentárias e de recursos demandados para implementação do sub-programa.	Consolidação de Cadastros de interlocutores estratégicos, internos e externos ao SINGREH. Produtos de comunicação, como informes, vídeos, rede de notícias e outros, desenvolvidos por especialistas em comunicação social.	Informes periódicos ao CNRH, para referendo à estratégia de comunicação e recomendações gerais.	CTEM – Resolução que dispõe sobre a divulgação de informações sobre os comitês de bacias hidrográficas e suas respectivas agências de águas
V.1. Avaliação de Impactos Setoriais na Gestão de Recursos Hídricos	Em termos regionais, indicações sobre prioridades serão dadas pelos sub-programas I.2 e I.4. Estudos sobre sustentabilidade financeira do SINGREH (II.4) devem interagir com	Estudos e pesquisas técnicas, financeiras e institucionais.	Termos de Referência, documentos sobre metodologias a serem empregadas. Levantamentos e avaliações	Órgãos e entidades de setores usuários - ministérios, agências reguladoras, secretarias estaduais, concessionários	Implementação dos estudos centralizada na União (ANA), com estudos de caso em diferentes estados e regiões	Acesso a dados e informações Ampla diversidade de agentes setoriais.	Relatórios e documentos de avaliação sobre políticas, arranjos, planos, programas e projetos de	Informes periódicos ao CNRH. Disponibilização de dados e informações sobre setores usuários de recursos	

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

	abordagens de inversões setoriais. Interações importantes serão feitas com os sub-programas III.1 e III.8 . Políticas e programas integrados serão induzidos a partir do programa VI .		parciais, postas a debate.	públicos e privados. Ministérios responsáveis pelo orçamento público, como Fazenda e Planejamento	(tipologias).		setores usuários. Consolidação de dados e informações sobre setores usuários.	hídricos. Minutas de resoluções que disciplinem usos e programas de setores usuários.	
V.2. Compatibilização e Integração de Projetos Setoriais e Incorporação de Diretrizes de Interesse para a GIRH	As referências serão dadas pelos levantamentos e pesquisas emanadas do sub-programa anterior (V.1). Em termos regionais, indicações sobre prioridades serão dadas pelos sub-programas I.2 e I.4 . Interações importantes serão feitas com os sub-programas III.1 , III.6 e III.8 . Políticas e programas integrados serão induzidos a partir do programa VI .	Propostas de ajustes e interações entre políticas, planos, programas e projetos de setores usuários com os de recursos hídricos.	Documentos com propostas concretas de ajustes e interações entre políticas, planos, programas e projetos de setores usuários com os de recursos hídricos. Termos de Referência para contratação de especialistas setoriais, para casos que exijam maior conhecimento setorial.	Órgãos e entidades executoras de políticas, planos, programas e projetos de setores usuários, como ministérios, secretarias estaduais, concessionários e operadores públicos e privados de sistemas setoriais.	Duas vertentes de implementação: na esfera federal, para internalizar a transversalidade da política de recursos hídricos; e, no âmbito de estados que proponham projetos e caracterizem demandas importantes para a integração de políticas setoriais.	Maior peso político e prioridades de políticas setoriais. Acesso a dados e informações. Ampla diversidade de agentes setoriais.	Detalhamento executivo das propostas com ajustes e interações entre políticas, planos, programas e projetos de setores usuários com os de recursos hídricos.	Informes periódicos ao CNRH sobre os ajustes propostas a políticas, planos, programas e projetos de setores usuários de recursos hídricos. Minutas de resoluções que disciplinem usos e programas de setores usuários	
VI.1. Gestão em Áreas Sujeitas a Eventos Hidrológicos Críticos	O sub-programa indicará áreas prioritárias para os sub-programas I.2 e I.4 , além de indicar a demanda por instrumentos de gestão do programa III e ações do programa IV . Indicará demandas por investimento ao sub-programa II.4 . Receberá insumos sobre ações setoriais integradas do programa V .	Estudos e diagnósticos especializados, sobre áreas críticas, incluindo balanços hídricos, avaliações de bacias sujeitas a inundações e outros eventos críticos similares.	Termos de Referência para contratação de estudos especializados, ou para condução de trabalhos de órgãos gestores de recursos hídricos. Relatórios em versões parciais, para debates e consultas.	Todos os atores e agentes afetados pelos quadros de eventos críticos, além de ministérios e entidades setoriais relacionadas às causas.	A implementação será iniciada pela identificação de áreas prioritárias, segundo critérios técnicos convergidos entre a ANA e o MMA. Podem ser instaladas unidades descentralizadas nas áreas prioritizadas.	Limitações orçamentárias e de recursos. Ausência de informações que subsidiem decisões e a elaboração de propostas consistentes para equacionamento dos eventos críticos.	Diagnósticos consistentes e propostas de programas com intervenções integradas que equacionem quadros de eventos críticos.	Informes periódicos ao CNRH. Minutas de resoluções que sejam identificadas como necessárias às soluções traçadas para quadros de eventos críticos.	
VI.2. Gestão da Oferta, Ampliação, Racionalização e	Áreas prioritárias serão informadas pelos sub-programas I.2 , I.4 , VI.1 e	Estudos de especialistas sobre a	Propostas de programas para desenvolvimento	Órgãos gestores de recursos hídricos.	Implementação coordenada por Unidade Nacional	Limitações orçamentárias e de recursos.	Programas de desenvolvimento de	Informes periódicos ao CNRH.	CTCT – Debates sobre tecnologias para economia de

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Reúso de Água	VI.3. Insumos podem ser extraídos dos sub-programas III.4 , III.7 e IV.1 .	situação atual e/ou estado da arte em diferentes temas no âmbito do sub-programa	e/ou adaptação de técnicas e tecnologias, difusão de conhecimento e aplicação de incentivos; institucionais e econômico-financeiros, para facilitação do alcance de metas de gestão de demandas, racionalização e reúso da água.	Órgãos e entidades de setores usuários de recursos hídricos, com potencial gestão de demandas e avanços no uso racional e reúso da água.	de Gerenciamento do Programa, responsável pela definição sobre a necessidade da instalação de Unidades de Execução e Gerenciamento dos programas que forem consolidados em diferentes estados ou regiões.	Ausência de informações que subsidiem as propostas de programas e ações.	técnicas e tecnologias, difusão de conhecimento e aplicação de incentivos; institucionais e econômico-financeiros, para facilitação do alcance de metas de gestão de demandas, racionalização e reúso da água.	Minutas de Resoluções que sejam identificadas como necessárias para a implementação do sub-programa.	água e discussão sobre reúso
VI.3. Gestão de Demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo integrado de recursos hídricos	O sub-programa indicará áreas prioritárias para os sub-programas I.2 e I.4 , além de indicar a demanda por instrumentos de gestão do programa III e ações dos programas IV e VII . Indicará demandas por investimento ao sub-programa II.4 . Receberá insumos sobre ações setoriais integradas do programa V .	Estudos e diagnósticos especializados, sobre áreas sob conflitos por usos múltiplos da água. Propostas de soluções técnicas, institucionais e econômicas.	Termos de Referência para contratação de estudos especializados, ou para condução de trabalhos de órgãos gestores de recursos hídricos. Relatórios em versões parciais, para debates e consultas.	Todos os atores e agentes afetados pelos conflitos por usos múltiplos, além de ministérios, secretarias e entidades setoriais relacionadas aos diferentes usos da água.	Implementação coordenada por Unidade Nacional de Gerenciamento responsável por: (i) estudos sobre mecanismos genéricos de gestão de demandas; e, (ii) pela instalação de Unidades de Execução e Gerenciamento dos programas que forem consolidados em diferentes estados ou regiões sujeitas a conflitos por usos múltiplos.	Limitações orçamentárias e de recursos. Ausência de informações que subsidiem decisões e a elaboração de propostas consistentes para equacionamento de conflitos por usos múltiplos da água	Diagnósticos consistentes e propostas de programas com intervenções integradas que equacionem problemas de demandas e usos múltiplos da água.	Informes periódicos ao CNRH. Minutas de resoluções que sejam identificadas como necessárias às soluções traçadas para a gestão de demandas e conflitos por usos múltiplos da água.	
VI.4. Saneamento e Gestão Ambiental de Recursos Hídricos no Meio Urbano	Prioridades serão informadas pelos sub-programas I.2 , I.4 , VI.1 , VI.2 e VI.3 . Insumos para a concepção e estruturação dos	Diagnósticos e propostas de metodologias e estruturação de programas e	Termos de Referência para contratação de consultores especialistas, levantamentos e estudos de	Ministérios das Cidades e da Integração Nacional, Secretaria de Recursos Hídricos e	Implementação descentralizada mediante Unidades de Gerenciamento dos programas	Prioridades locais divergentes. Limites de capacidades institucionais e de investimento (de contra-partidas e	Programas e projetos com ações integradas de saneamento ambiental no meio urbano,	Informes periódicos ao CNRH., a respeito de concepções e metodologias empregadas e	

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

	<p>programas e projetos de saneamento ambiental urbano serão conferidos pelos sub-programas III.1, III.3, III.4, III.6, III.8 e III.9.</p> <p>Subsídios sobre projetos e intervenções setoriais serão conferidos pelo programa V.</p>	projetos.	<p>concepção de programas e projetos.</p> <p>Versões preliminares de programas e projetos.</p>	<p>Ambientes Urbanos (SRHU).</p> <p>Órgãos estaduais regionais e metropol-tanos e prefeituras de municípios envolvidos.</p> <p>Comitês de bacias instalados em áreas urbanas e regiões metropol-tanas.</p> <p>Organismos de fomento, como BNDES, BIRD e BID.</p>	<p>identificados como prioritários, dentre as diversas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do país.</p>	<p>de endividamento) requeridas dos executores potenciais de programas e projetos.</p>	<p>viabilizados por matriz de fontes de financiamento, por contrapartidas locais e créditos obtidos junto a entidades de fomento.</p>	<p>dos resultados obtidos pelos programas e projetos.</p>	
<p>VI.5. Conservação de Solos e Água – Manejo de Micro-bacias no Meio Rural</p>	<p>Prioridades serão informadas pelos sub-programas I.2, I.4, VI.1, VI.2 e VI.3.</p> <p>Insumos para a concepção e estruturação dos programas e projetos de saneamento ambiental urbano serão conferidos pelos sub-programas III.1, III.3, III.4, III.6, III.8 e III.9.</p> <p>Apoio à implementação será conferido pelos sub-programas IV.2 e IV.3.</p> <p>Subsídios sobre projetos e intervenções setoriais serão conferidos pelo programa V.</p>	<p>Diagnósticos regionais e de bacias sob intervenção. Propostas de metodologias e estruturação de programas e projetos no meio rural.</p>	<p>Termos de Referência para contratação de consultores especialistas, levantamentos e estudos de concepção de programas e projetos relativos à conservação de água e solo no meio rural.</p> <p>Versões preliminares de programas e projetos voltados à conservação de água e solo em micro-bacias do meio rural.</p>	<p>Ministérios da Agricultura e da Integração Nacional e Embrapa.</p> <p>Secretarias Estaduais de Agricultura, órgãos estaduais de fomento e pesquisa agropecuária, como Emater e similares, além de prefeituras de municípios envolvidos.</p> <p>Comitês estabelecidos sobre bacias definidas como áreas de programas e projetos.</p> <p>Organismos de fomento, como BNDES, BIRD e BID.</p>	<p>Implementação coordenada a partir de uma Unidade Nacional de Gerenciamento do Programa, que deve interagir e repassar diretrizes, tecnologias e metodologias para Unidades de Execução e Gerenciamento dos programas, instituídas em cada estado da federação.</p>	<p>Prioridades divergentes sobre regiões e bacias do meio rural.</p> <p>Limites de capacidades institucionais e de investimento (de contrapartidas e de endividamento) requeridas dos executores potenciais de programas e projetos.</p>	<p>Programas e projetos com ações integradas para conservação de água e solo no meio rural, viabilizados por matriz de fontes de financiamento, por contrapartidas locais e créditos obtidos junto a entidades de fomento.</p>	<p>Informes periódicos ao CNRH, a respeito de concepções e metodologias empregadas e dos resultados obtidos pelos programas e projetos.</p>	

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

VI.6. Estudos sobre Crit'rios e Objetivos múltiplos voltados a Definição de Regras e Restrições em Reservatórios de Geração Hidrelétrica.	<p>Bacias prioritárias serão informadas pelos sub-programas I.2, V.1 e V.2, VI.1 e VI.3.</p> <p>Dados serão obtidos junto aos sub-programas III.1, III.2, III.3, III.6, III.8 e III.9.</p>	<p>Estudos especializados que envolvem modelos de simulação hidrológica, para projetar resultados de restrições operacionais em reservatórios.</p> <p>Estudos econômicos especializados sobre custos e benefícios envolvidos.</p>	<p>Termos de Referência para a contratação de especialistas.</p> <p>Propostas iniciais de critérios para restrições de regras operativas em reservatórios.</p> <p>Estimativas de custos e benefícios socio-econômicos relacionados aos critérios de restrições impostas ao setor de geração hidroelétrica.</p>	<p>Ministério de Minas e Energia, ANEEL, EPE e ONS. Ministério do Meio Ambiente e ANA. Comitês de bacia e representação dos principais setores usuários, nas bacias sob estudo e investigação de custos e benefícios associados às restrições operativas em reservatórios de geração hidroelétrica.</p>	<p>Implementação dos estudos centralizada na União, com a previsão de consultas a bacias identificadas como estudos de caso.</p>	<p>Prioridades de cunho nacional e sócio-político, que não se limitem aos custos e benefícios que serão estimados.</p>	<p>Propostas de novos critérios para restrições operativas em reservatórios de geração hidroelétrica e de mensuração dos custos e benefícios sociais, ambientais e econômicos deles derivados.</p>	<p>Informes periódicos ao CNRH e minutas de resoluções que consolidem os novos critérios e metodologias de avaliação de custos e benefícios.</p>	<p>CTAP – Discussão do PLS n. 209/2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade de construção de eclusas em barragens</p>
VII.1. Despoluição de Bacias Hidrográficas	<p>Prioridades serão informadas pelos sub-programas I.2, I.4, II.2, III.6, V.1, V.2, VI.1, VI.2, VI.3 e VI.4.</p> <p>Subsídios podem ser colhidos junto aos sub-programas III.1, III.3, III.6, III.8, V.1, V.2 e VI.4.</p>	<p>Contratos de obras relacionadas a sistemas de esgotamento sanitário, segundo critérios do PRODES, e relatórios de certificação.</p>	<p>Definição de critérios e listagem de sistemas e de bacias prioritárias, a serem atendidas pelo PRODES</p>	<p>Comitês de bacias hidrográficas, prefeituras municipais, concessionários e operadores de sistemas de tratamento de esgotos sanitários</p>	<p>Implementação centralizada na União (ANA), como linha de crédito que deve contemplar sistemas de tratamento de esgotos prioritizados segundo critérios estabelecidos</p>	<p>Limitações de orçamento e/ou contingenciamento de recursos.</p>	<p>Operação e acompanhamento de estações de tratamento de esgotos, com redução de cargas lançadas aos corpos hídricos.</p>	<p>Informes periódicos, disponibilização de dados e informações ao CNRH. Eventuais minutas de resolução que facilitem a implementação do Programa e a convergência de critérios de priorização.</p>	
VII.2. Otimização do Uso da Água em Irrigação	<p>Prioridades serão informadas pelos sub-programas I.2, I.4, III.6, VI.1, VI.2 e VI.3.</p> <p>Insumos devem ser obtidos dos sub-programas III.1, III.3, III.4, III.8, III.9, IV.1, V.1</p>	<p>Diagnósticos, estudos e projetos especializados voltados à tecnologias de irrigação.</p>	<p>Termos de Referência para a contratação de especialistas</p> <p>Listagem de bacias e de projetos prioritários voltados à</p>	<p>Ministérios da Agricultura e da Integração Nacional.</p> <p>Comitês de bacias identificadas como</p>	<p>Implementação coordenada a partir de uma Unidade Nacional de Gerenciamento do Programa, que deve interagir e</p>	<p>Limitações da capacidade de investimentos requeridos pelas novas tecnologias de irrigação, por parte dos produtores rurais.</p>	<p>Implementação de projetos para modernização de tecnologias em irrigação, nas bacias identificadas</p>	<p>Informes periódicos e disponibilização de dados ao CNRH.</p> <p>Minutas de resoluções que concorram em favor da</p>	

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

	e V.2.		tecnologias de irrigação.	prioritárias. Órgãos e entidades de produtos rurais de cultivos irrigados.	repassar diretrizes, tecnologias e metodologias para Unidades de Execução e Gerenciamento dos programas, instituídas em cada estado ou região do país.		como prioritárias.	implemen-tação do sub-programa.	
--	--------	--	---------------------------	---	--	--	--------------------	---------------------------------	--